


## Maternidade: instinto ou construção social? Uma análise fenomenológica hermenêutica


Motherhood: instinct or social construction? A phenomenological-hermeneutic analysis

Maternidad: ¿instinto o construcción social? Un análisis fenomenológico-hermenéutico

**Lidiane Verônica Collares da Silva**

Centro Universitário UNDB


E-mail: [lidianecollares@hotmail.com](mailto:lidianecollares@hotmail.com) 

<https://orcid.org/0000-0001-8760-7873> 

**Sofia Ravinny Leal de Sousa**

Universidade Federal do Maranhão (UFMA)


E-mail: [sofia.ravinny@hotmail.com](mailto:sofia.ravinny@hotmail.com) 

<https://orcid.org/0009-0008-0935-3781> 

**Ana Maria Lopez Calvo de Feijoo**

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

E-mail: [ana.maria.feijoo@gmail.com](mailto:ana.maria.feijoo@gmail.com) 

<https://orcid.org/0000-0002-3064-3635> 



Recebido em: 22/08/2024 - Aceito em: 30/12/2024. Como citar: Silva, L. V. C. da, Ravinny Leal de Sousa, S., & Lopez Calvo de Feijoo, A. M. Maternidade: instinto ou construção social? : Uma análise fenomenológica hermenêutica. *Revista NUFEN: Phenomenology and Interdisciplinarity*, 17(1).

<https://doi.org/10.26823/rnufen.v17i1.25727>

Endereço para correspondência: Lidiane Verônica Collares da Silva, Centro Universitário UNDB, [lidianecollares@hotmail.com](mailto:lidianecollares@hotmail.com)

## Resumo

Este estudo tem como objetivo apresentar de que forma é construído o discurso de naturalização do instinto materno ainda consolidado nos dias de hoje, visando a discussão de caminhos possíveis para pensar a mulher no contexto da maternidade, não com o intuito de encontrar respostas definitivas, mas como possibilidade de debate acerca da mulher e, sobretudo, da mãe para além de definições biológicas, psicológicas e de determinações sociais e econômicas. Para a investigação do fenômeno instinto materno, o caminho metodológico escolhido perpassou pela hermenêutica heideggeriana tal como apropriado por Feijoo nas pesquisas em psicologia. É necessário refletir sobre qual o lugar da mulher em nossa sociedade e questionar a naturalização do instinto materno, desvelando novas possibilidades de ser mulher para além do que fora pré-determinado como questão de gênero.

**Palavras-chave:** Fenomenologia-hermenêutica, Maternidade, Instinto materno.

## Abstract

This study aims to present how the discourse that normalizes the “maternal instinct”, still widely accepted as factual today, is constructed, aiming at the discussion of possible ways to think about cisgender woman in the context of motherhood, not with the intention of finding definitive answers, but for the possibility of debate about the woman and, above all, the mother, beyond biological, psychological definitions, and social and economic determinations. For the investigation of the maternal instinct phenomenon, the methodological path chosen was based on Heideggerian hermeneutics as appropriated by Feijoo in psychology research. It is necessary to reflect on the place of women in our society and to question the normalization of the “maternal instinct” to reveal new possibilities of being a woman beyond what has been historically accepted thus far as gender issue.

**Keywords:** Phenomenology-hermeneutics, Maternity, Maternal instinct.

## Resumen

Este estudio tiene como objetivo presentar cómo se construye el discurso de naturalización del instinto maternal, aún consolidado hoy, con el objetivo de discutir posibles formas de pensar a las mujeres en el contexto de la maternidad, no con el objetivo de encontrar respuestas definitivas, sino como una posibilidad de debate sobre las mujeres y, sobre todo, las madres más allá de las definiciones biológicas, psicológicas y de las determinaciones sociales y económicas. Para investigar el fenómeno del instinto maternal, el camino metodológico elegido se basó en la hermenéutica heideggeriana tal como se apropió Feijoo en la investigación en psicología. Es necesario reflexionar sobre el lugar de la mujer en nuestra sociedad y cuestionar la naturalización del instinto maternal, revelando nuevas posibilidades de ser mujer más allá de lo que había sido predeterminado como una cuestión de género.

**Palabras clave:** Fenomenología-hermenéutica, Maternidad, Instinto maternal.

## Introdução

Com o objetivo de problematizar a moral contemporânea – que reduz toda a existência ao biológico em um ordenamento social, político e econômico determinado pelo sistema patriarcal – de que o amor materno é naturalmente dado, mostraremos que essa moral não tem nada de natural, ao contrário, ela se instaura no horizonte histórico da Era Cristã que determina como a mulher deve se comportar.

Para apresentar como o amor materno é instituído e não naturalmente dado, retomamos a tragédia grega euripidiana intitulada *Medeia*, como proposta de reflexão das figuras destacadas em nossa temática, a saber: a mulher e a mãe, e que nos evidencia que o amor materno não determina o destino que essa heroína dará a seus filhos.

O amor materno tomado como instinto, logo em uma perspectiva biologizante, constitui-se como o objeto deste estudo, investigado por meio do método fenomenológico-hermenêutico em seus três momentos: reconstrução, destruição fenomenológica e construção.

Santos (2005) define a tragédia grega como a “representação viva feita por atores que narra os fatos acontecidos no plano mítico e que, problematizando a situação do herói, discutia os valores fundamentais da existência humana” (p. 43). Compreendemos que a estrutura cultural contemporânea não dá conta de abarcar todas as dimensões presentes no que foi este gênero artístico, que expressa um modo de pensar os acontecimentos da época sem considerar relações causais e culpabilizações.

O drama trágico, nascido em um tempo tão distante e de difícil apreensão, parece falar de lugares universais à existência humana em seu caráter de fragilidade, indeterminação e facticidade (Gazolla, 2001). Não havia, necessariamente, a pretensão de um final feliz, com uma resolução harmoniosa ou um contínuo de justiça no mundo das tragédias. Por vezes, sequer carregavam um único sentido. O poder trágico era ilustrado em diversas peças, o que consolidou a tragicidade como sua principal característica (Murata, 2020).

Elegemos como potencializador de nossas reflexões sobre o feminino a tragédia *Medeia* de Eurípedes tal como interpretada por Gazolla (2001) por sua conotação político-social. Ressaltamos que o trágico da Grécia antiga não se aproxima ao que hoje se entende por trágico – qualidade do que é triste ou sofrido. No contexto grego, o trágico pretende apontar para lugares universais à existência humana em seu caráter de não-saber, em seus limites e deslimites, em suas possibilidades e impossibilidades.

A tragédia de *Medeia* trata da história de uma mulher estrangeira, da Cólquida, que é recebida em Coríntio junto ao seu marido Jasão. O casal que estava sendo perseguido pela família de *Medeia* após cometerem diversos crimes, incluindo o roubo de um tosão de ouro, é asilado por Creonte, o rei de Coríntio. É nesta cidade que formam uma família até o momento em que Jasão decide pela dissolução do casamento para conquistar o trono real. Para tanto, Jasão se casa com a filha de Creonte e abandona *Medeia* e os filhos. Estes, por sua vez, são exilados de Coríntio a partir de um decreto do rei Creonte. Em retaliação

ao marido infiel e diante da possibilidade de exílio, Medeia mata os próprios filhos. Sendo este o ponto alto do mito, o que traduz sua tragicidade (Gazolla, 2001).

Outros acontecimentos que compõem a história de Medeia são descritos por Torrano (2015) e se fazem relevantes para nós nesse texto, são eles: os assassinatos do pai e do irmão cometidos para que ela conseguisse efetivar seu desejo de se casar com Jasão; o casamento que, na contramão da tradição e da vida das mulheres de seu tempo, acontece por amor; e o ato final da tragédia, com os infanticídios cometidos pela própria mãe, Medeia.

A apresentação da mãe que é assumida por Medeia a partir do sistema mitológico da Antiguidade, coloca luz sobre a ideia de “instinto materno” provocando rachaduras na estrutura desse modelo de pensamento já à época em que é evocado. Através de Medeia observamos múltiplos sofrimentos que podem acometer a existência humana como a ausência de sentido ou de respostas únicas, os conflitos e dilemas sociais que promovem diálogo entre passado e presente, as relações de poder, a imprevisibilidade e a condição de absoluta vulnerabilidade do ente humano frente às arbitrariedades da existência. Trata-se de um exemplo de conflito existencial que não é passível à domesticação.

Medeia inaugura a possibilidade de expressão dos descontentamentos e emoções compartilhadas entre as mulheres de sua época, em resposta ao rígido controle social em que a mulher estava submetida na Grécia Antiga. Mas também causa espanto e horror ao fazer surgir a mãe “desnaturada”, a mãe nãoinstintiva, a mãe que desconhece o amor incondicional pelos filhos.

Esse fatídico e desconhecido modo de ser mulher e de ser mãe apresentado por Medeia nos chama atenção ao que, no presente, as mulheres e, em destaque, as mães, experimentam de conflitos modernos. Os contornos promovidos pelo mito de Medeia na tensão entre pessoa e cidadão, entre passado e presente e no conflito entre masculino e feminino, toca e delinea a experiência humana a nível atemporal.

É relevante apontar que este estudo não corrobora com uma definição universal de ser mulher ou mãe, uma vez que há diversas formas de vivenciar a feminilidade, dentre elas, inclusive, a possibilidade de não performar a maternidade. A nossa intenção aqui é questionar os denominados “instintos maternos” na atualidade sem a pretensão de encontrar causas ou prover interpretações apressadas, considerando que há múltiplas formas de ser mulher, atravessadas por diversos contextos como raça, etnia, orientação sexual, identidade de gênero, escolaridade, faixa etária, classe social, dentre outros.

Atualmente, o ser mulher é marcado por desafios em seus diferentes contextos relacionais. No trabalho e na vida pessoal, a mulher é convocada a responder aos padrões que ainda imperam na sociedade moderna. Historicamente, as reivindicações feministas protagonizam a luta pela mudança de um sistema patriarcal, entretanto, é sabido que os entraves relacionados ao direito de liberdade da mulher são expressões culturais presentes até hoje (Cuevas & Rennison, 2016).

Na experiência de gestar, parir e cuidar de um filho as interposições sociais também se apresentam. Machado, Silva, Melo e Silva (2020) pontuam que a influência da identidade

social do ser mãe na atualidade está na concepção de que a mulher é a principal, e talvez a única, responsável pela criação e cuidado com o filho.

O fato da mulher, nos dias hoje, ser a principal responsável pelo cuidado de uma criança nos leva a questionar sobre a naturalidade de ser mãe – a mulher possui a inclinação natural para exercer a maternidade? Assim temos como ponto de partida para este estudo a seguinte questão: de que forma é construído o discurso de naturalização do instinto materno ainda consolidado nos dias de hoje e a que serve?

Como autoras deste artigo, é importante ressaltar que somos mulheres brancas cisgênero e é deste lugar que discutimos a questão do instinto materno. Desse modo, propomos a discussão de caminhos possíveis para pensar a mulher no contexto da maternidade, não com o intuito de encontrar respostas definitivas, mas como possibilidade de debate acerca da mulher e, sobretudo, da mãe para além de definições biológicas e psicológicas.

### **Percurso metodológico**

O método com o qual seguimos nossa investigação foi o fenomenológico-hermenêutico em Psicologia tal como idealizado por Feijoo (2023) que considera os três momentos utilizados pelo filósofo Martin Heidegger (1927/1997) em sua hermenêutica: reconstrução, destruição fenomenológica e construção e, por fim nos encaminhamos no sentido de alcançar a estrutura geral da experiência. Com a apropriação do método fenomenológico-hermenêutico, próprios da filosofia, conquistamos valiosas contribuições nas pesquisas em Psicologia.

Na etapa da reconstrução, o primeiro momento consistiu em um levantamento bibliográfico, visando reconstruir o que o pensamento da tradição científica articulou acerca do instinto materno. Reunimos produções científicas que analisassem o desenvolvimento histórico da maternidade e o papel da psicologia na construção e psicologização do instinto materno. A busca de publicações que abordassem o tema da maternidade como instinto foi realizada na plataforma Google Acadêmico a partir dos seguintes descritores: “relação mãe e filho”; “maternidade”; “relações parentais” e “instinto materno”. Tendo como critérios de inclusão estudos qualitativos que discorressem sobre a construção do conceito de maternidade e do instinto materno e que fornecessem contextos históricos e sociais relevantes para analisar a maternidade, bem como estudos que apresentassem a influência de teorias psicológicas para a compreensão da maternidade. Foram excluídos trabalhos que tratam exclusivamente de aspectos biológicos da maternidade e estudos que não envolvem relação com o tema central de análise da maternidade enquanto características socioculturais.

Um total de 53 trabalhos foram identificados na busca inicial. Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, 12 estudos foram selecionados para leitura integral e análise no presente artigo.

Na etapa da destruição fenomenológica, passamos a compreender a existência em uma perspectiva de análise que não se subordina a crenças, atitudes ou teorias sustentadas por juízos de valor acerca de pessoas e coisas. De acordo com Gandra e Duarte (2012): “o pesquisador não duvida da existência do mundo, mas essa existência deve ser colocada entre parênteses, em suspensão, pois o mundo existente não é o tema central de interesse da fenomenologia” (p.16). O referencial teórico e metodológico da fenomenologia-hermenêutica contribuiu significativamente para a compreensão das dimensões históricas, econômicas, políticas e culturais da realidade social a partir dos sentidos atribuídos aos fenômenos, que propiciam o desvelar da essência destes. Conforme proposto por Martin Heidegger (1954/2002), considerar a fenomenologia e a hermenêutica existencial para a análise fenomênica possibilita a compreensão destes em seu fluxo temporal.

Na terceira etapa, construção fenomenológica, partimos da máxima da perspectiva fenomenológica hermenêutica tal como Heidegger (1927/1997) destaca:

O ente pode mostrar-se desde si mesmo de diversas maneiras, cada vez segundo a forma de acesso a ele. Inclui-se a possibilidade de que o ente como o que ele não é em si mesmo. Neste mostrar-se o ente aparece. Quer dizer um bem que aparece tal, porém em “realidade” não é o que pretende ser. Fenômeno é igual ao que se mostra. Fenômeno é igual a aparência (p. 52).

Como possibilidade de investigação do fenômeno instinto materno, o caminho metodológico escolhido perpassou pela hermenêutica heideggeriana. Aqui entendida como uma fenomenologia que aparece no campo hermenêutico: o campo da existência. Nesse sentido, buscou-se a preservação do fenômeno instinto materno sem que opiniões ou hipostasias o antecipassem, permitindo que os sentidos encontrassem sua materialidade na história.

Indo ao encontro a Heidegger (1954/2002), as determinações presentes no mundo provocam ressonâncias nos modos de ser existentes. O cálculo, o controle, o domínio, a funcionalidade e a correção, são exemplos de determinações da técnica na época moderna que acabam aparecendo enquanto espaço hermenêutico condicionado.

Foi preciso, então, descrever como tais concreções existenciais se articularam historicamente para pôr em suspensão os entendimentos e moldes epocais que tentam aprisionar o ser, neste caso, a mulher. E, por fim, construir outras possibilidades de pensar os diversos modos de ser mãe.

A seguir será apresentado de que forma as teorias psicológicas contribuíram para o discurso naturalizador do amor e instinto maternos, para tanto, seguiremos o método fenomenológico-hermenêutico tal como apropriado pelas pesquisas em Psicologia (Feijoo, 2023): reconstrução, destruição fenomenológica e construção.

## A psicologização do instinto materno – reconstrução

A ideia de que existe um instinto materno, inerente a todas as mulheres é compartilhada nos meios leigos e acadêmicos ainda na atualidade e parece ser justificada em teorias que validam a existência de características inatas ao ser humano. A este respeito, o psicólogo e psiquiatra Jhon Bowlby desenvolveu o que intitulou Teoria do Apego. Ao entendimento de Bowlby (1979/1997), os seres humanos buscam instintivamente relações que gerem vínculos úteis para si próprio e para o outro. Suas pesquisas começaram com estudos sobre o vínculo de bebês com as mães e cuidadores, defendendo a ideia de apego como uma tendência natural entre estes.

Iniciada como uma estratégia instintiva de sobrevivência, para Bowlby (1979/1997), o apego surgiria para atender às necessidades básicas dos bebês e crianças, se estendendo à vida adulta nas relações socioafetivas. O comportamento do apego estaria enraizado nos seres humanos em equivalência aos comportamentos de reprodução e parentalidade.

Bowlby (1979/1997) considerava que, embora a vinculação do bebê possa acontecer com diferentes cuidadores, é com a mãe que ele estabelece maior ligação. Sendo a mãe igualmente dependente deste vínculo. Segundo ele, quando o vínculo mãe-bebê é negado ou interrompido, o desenvolvimento socioemocional do bebê é comprometido. Os danos emocionais, sociais e cognitivos apontados por Bowlby estão diretamente relacionados aos primeiros anos de vida da criança (até os dois anos de idade). Após esse período, qualquer intervenção seria considerada tardia e os danos causados pela interrupção poderiam ser irreversíveis.

A teoria de Bowlby se alinha à teoria evolucionista de Charles Darwin e promove equiparação entre instinto de sobrevivência (do bebê) e instinto materno (da mãe). As bases biologistas que fundamentam esse modelo de pensamento compreendem mãe e bebê como seres codependentes e descarta possibilidades de ser saudavelmente (ser criança ou ser adulto) fora desses pressupostos.

Bortolini e Piccinini (2017) mencionam o modelo de funcionamento interno formulado por Bowlby, no qual postula que as experiências internas da criança são formadas a partir do modo de relação que ela estabelece com os seus cuidadores. Esse modelo de funcionamento pode estar relacionado ao apego inseguro devido a perdas significativas nas relações da criança como abandono ou morte de uma figura parental importante.

Assim, há uma relação entre a representação de apego da mãe e a representação de apego da criança cuidada pela mãe. Dessa forma, de acordo com Bortolini e Piccinini (2017) “a apego inseguro (...) estaria associado à dificuldade materna de reconhecer e responder pronta e eficazmente a angústia do seu bebê e suas necessidades” (p. 1103). Logo, podemos perceber, de que maneira as Teorias do Apego centralizam a responsabilidade da formação subjetiva do humano em seu cuidador principal, que em nossa cultura é a mãe.

Os psicólogos que se familiarizavam com a teoria evolucionista de Darwin passaram a buscar uma descrição evolucionária também no desenvolvimento psicológico. Seguindo a lógica da causalidade, da sucessão e continuidade, muitas teorias psicológicas para o

desenvolvimento psicossocial surgiram influenciando o modo de perceber relações de parentalidade ao longo do tempo.

Farias e Lima (2004) tomam como base a teoria psicanalítica, criada por Sigmund Freud, na qual, segundo essas autoras, o Complexo de Édipo e o Complexo de Castração são utilizados para explicar a entrada da menina e do menino na sexualidade e o modo de como essa criança irá perceber os papéis exercidos por seus pais.

À vista disso, o menino, em um primeiro momento rivaliza com o pai por causa do seu objeto amoroso (a mãe), mas por receio da castração, identifica-se com o pai e vai em busca do seu próprio objeto de amor. Já a menina, ao se dar conta que seu clitóris é bem menor que o pênis dos meninos, aceita a condição de que já nasceu castrada e assim, troca o clitóris pela vagina como objeto sexual, a mãe deixa de ser seu objeto original e ela vai em direção ao pai, o que pode causar certa rivalidade ou desprezo pela mãe, pois supõe que a mãe também foi castrada e a responsável por ela também ser mulher e, conseqüentemente, sem pênis (Farias & Lima, 2004).

Assim, Farias e Lima (2004), ainda sobre a teoria freudiana, colocam que o desejo de ter um bebê em substituição ao desejo de ter um pênis é a condição necessária para que a menina entre na feminilidade normal como resultado do complexo de castração. Ter um filho do pai será a reparação pela falta do pênis para a menina. Portanto, a sexualidade e castração estão intrinsecamente ligadas à maternidade, que está relacionada a falta do falo, haja vista que o desejo de ter um pênis e o desejo de ter um filho são inconscientes e preparam a menina para exercer o seu papel feminino na sociedade.

Pode-se perceber nas explicações psicanalíticas sobre a maternidade, apresentadas por Farias e Lima (2004), a forte ligação entre ser mãe e comportamentos instintuais como ternura, proteção e o desejo de obter o amor do filho. Tanto o coito como o parto são vistos como um processo de ressignificação das vivências infantis da mãe e assim, o bebê é considerado esse objeto que faltava para a mãe.

Contudo, Farias e Lima (2004) enfatizam que segundo a teoria freudiana, o bebê não confere à mulher total satisfação do desejo. Por causa da dialética edipiana, a mulher, mesmo durante a relação sexual, é vista pelo homem como mãe. Toda mulher é um espelho de sua mãe

A Segunda Guerra Mundial foi o cenário histórico em que o pediatra e psicanalista britânico Donald Winnicott desenvolveu sua obra e teoria acerca do desenvolvimento infantil. O autor estabeleceu a relação de exclusividade do cuidado de crianças às mulheres considerando o que chama de unidade mãe-bebê. Endereçava seus escritos e palestras a quem, em sua perspectiva, deveria se ocupar dos cuidados infantis – as mães (Miranda, Timo, & Belo, 2019).

O cerne dos estudos de Winnicott estava concentrado na relação mãe-bebê e, embora considerasse o ambiente um fator determinante na estruturação psíquica, postulava que era através da mãe que a criança desenvolveria as bases de sua saúde mental (Winnicott, 1945/2020). Em *Um homem encara a maternidade* (Winnicott, 1964/1982), o autor designa



à mãe o viés natural para a maternidade, sendo ao homem incoerente saber, em verdade, do que se trata o cuidado com os filhos:

Para começar, você ficará aliviada, leitora, quando souber que não tenciono explicar o que tem a fazer. Sou homem e, portanto, jamais poderei saber, na verdade, o que se sente ao ver ali embrulhado [sic] uma parcela do meu próprio ser, um pedaço de mim vivendo uma vida independente... Só uma mulher pode sentir isso e, talvez, só uma mulher possa até imaginar essa experiência quando, por infortúnio de uma ou outra espécie lhe falta a prova real e concreta (Winnicott, 1982, p. 15).

Em sua prática clínica, Winnicott (1945/2020) cuidou efetivamente de bebês, tendo se mostrado capaz não só de identificar, mas também de fornecer um ambiente “suficientemente bom” (p. 224) para seus pacientes, fator que contradiz em potencial a afirmação acima sobre sua incapacidade de falar, saber ou executar o cuidado. Ao considerar que as alterações fisiológicas vivenciadas pela gestante facilitam a identificação natural com o bebê, Winnicott deixou de ponderar os sentidos criados pela expectativa social depositados nessas mudanças que, para além de corpóreas, são também psíquicas e sociais.

A lógica determinista de gênero para as funções de cuidado de crianças parece se contradizer não só em Winnicott, mas nas outras tantas teorias que prescrevem, através da ênfase no biológico, a ideia de instinto materno. A dinâmica dos gêneros posicionada política e historicamente provoca indagações acerca da essencialização presente nos argumentos que fundamentam conceitos como natureza, mulher, mãe, parentalidade, família e, em tempo, o próprio conceito de gênero.

Estando a mulher (mãe) no centro destas teorias, Riley (1983) evidencia as relações de poder e dominação que perpassam o fenômeno da biologização da maternidade. Utilizada como estratégia de reorganização social em diversos momentos da história, a regressão da mulher ao doméstico e ao natural ganha novos revestimentos, embora anuncie com frequência o mesmo: papéis de gênero tradicionalmente fixados na lógica binária do ser homem versus o ser mulher em sociedade.

### **A destruição da ideia do mito do amor materno**

Segundo Buytendijk (1960), traduzido por Silva (2017), há um consenso popular, presente na literatura e demais manifestações culturais, de que “a mulher cumpre o seu destino pela experiência capital da maternidade” (p. 113). Ele cita figuras da literatura clássica como Andrômaca e Atália que representam o ideal de sacrifício materno como expressão máxima da feminilidade, na qual a completude da mulher se dá pela via do amor e instinto materno, por outro lado, a literatura também apresenta as mães insensíveis, negligentes, “desnaturadas” contrariando a visão idealizada da maternidade.

Elisabeth Badinter (1985) ressalta que foi a partir do século XVIII, mais especificamente em 1760, que começou a existir o incentivo de um novo tipo de relação entre pais e filhos, marcado pelo cuidado e afeto tal como conhecemos hoje e o amor e instinto materno passaram a ser representados nas obras artísticas da época, como *Maria Antonieta e seus filhos*, de 1787 e *Autorretrato com sua filha, Julie*, de 1789, ambos de autoria da pintora francesa Élisabeth Vigée Le Brun. Valeska Zanello (2018) destaca que a partir dessa época, as imagens de Nossa Senhora segurando no colo o filho Jesus passaram a ser comuns nas casas e não apenas nas igrejas.

A mulher não é mais identificada à serpente do Gênesis, ou a uma criatura astuta e diabólica que é preciso pôr na linha. Ela se transforma numa pessoa doce e sensata, de quem se espera comedimento e indulgência. Eva cede lugar, docemente, a Maria. A curiosa, a ambiciosa, a audaciosa metamorfoseia-se numa criatura modesta e ponderada, cujas ambições não ultrapassam os limites do lar (Badinter, 1985, p. 175).

Desse modo Badinter (1985) menciona o considerável aumento do número de publicações que incentivavam que a própria mãe cuidasse dos filhos, inclusive que amamentassem seus bebês, o que até então não era comum, principalmente entre as mulheres mais privilegiadas economicamente. Não queremos dizer com isso que o amor materno até então não existia, mas sim que não era um imperativo à mulher até essa data. Então, o que podemos pensar como fatores que contribuíram para essa mudança de paradigma que permanece até os dias de hoje? Segundo Badinter (1985) e Zanello (2018), o Capitalismo muito contribuiu para isso, pois a criança passou a ter valor de mercado e então a mortalidade infantil traria prejuízos econômicos, pois haveria perda da mão de obra. Além da produção de riquezas, a quantidade de homens também estaria relacionada ao poderio militar do Estado.

Gradwohl, Osis e Makuch (2014) diferenciam maternidade de maternagem, enquanto a primeira refere-se à consanguinidade, a segunda, refere-se à relação afetiva e de cuidado entre a mãe e o bebê. Tanto a maternidade quanto a maternagem fazem parte de uma concepção advinda do projeto capitalista desde o surgimento da Idade Moderna, é impossível a mulher, em seu estado normal, enquanto ser que possui condições biológicas para a maternidade, não desenvolver amor e cuidado incondicionais por seu(s) filho(s), tal discurso foi endossado pela comunidade científica que estabelecia parâmetros para o cuidado ideal da mãe com o filho. Assim, o status social da mulher era condicionado pela vida de devoção e sacrifício em favor do lar e dos filhos.

Zanello (2018) ainda acrescenta que quanto mais se desenvolveu a ideia de infância, de que a criança não era um pequeno adulto, portanto, necessitava de cuidados especiais, mais se responsabilizou a mãe pelo cuidado do bebê. Assim, começa a ser naturalizada a concepção de instinto materno, do amor sacrificial da mãe por seus filhos e a mulher passa

a ser valorizada ao alcançar essa posição. Segundo Zanello (2018), a mulher passou a ser representada como

essencialmente materna (boa) e disponível a cuidar. Eva cedeu lugar à doce Maria. A imagem anterior, sensual, da mulher (Eva), é substituída por outra assexuada (Maria). A curiosa, a ambiciosa, a audaciosa metamorfoseou-se em uma criatura modesta e ponderada, cuja maior ambição se circunscrevia ao espaço doméstico (p. 128).

Tanto Badinter (1985) quanto Zanello (2018) concluem que amar os filhos e, principalmente, amar a condição de ser mãe, tornou-se um imperativo. A mulher que não correspondesse à sua vocação natural e divina seria considerada à margem da sociedade. A felicidade da mulher seria garantida através da renúncia em favor do seu casamento, isto é, a mulher só seria feliz se fizesse seu marido e seus filhos felizes, mesmo que isso implicasse a sua própria infelicidade.

Segundo Freire (2008), a maternidade associada à natureza feminina ocupou espaços de discussão na sociedade brasileira, incluindo o meio científico, no início da nossa república, porque gerar filhos passou a significar um ato de patriotismo, pois era, sobretudo, gerar cidadãos à nova Pátria.

Com a expansão da imprensa e popularização das revistas femininas, foi propagado o discurso maternalista imbuído pelos discursos científico e nacionalista. O ideal de maternidade, como a principal missão da mulher, assim como o papel feminino de ser mãe, era, acima de tudo, uma função social: era o papel da mãe preparar os futuros cidadãos (Freire, 2008). Com o tema da maternidade cada vez mais ligado ao discurso científico e nacionalista, Freire (2008) afirma que a negação da maternidade pela mulher poderia ser considerada como pecado, doença ou crime. Até mesmo a inserção da mulher no mercado de trabalho estava atrelada a ideologia do instinto materno, assim a mulher deveria exercer profissões que fizessem uso do seu “dom natural de cuidar” (Bonato, 2007).

Bonato (2007), ao realizar uma análise documental da Conferência pelo Progresso Feminino - ocorrida no Brasil em 1922, Conferência esta que contava com a participação de representantes de grupos do sufrágio feminino, escolas, grupos comunitários e do Poder Público bem como de médicos, advogado dentre outros - ressalta que foram os homens que instituíram o exercício do magistério à mulher.

Bonato (2007) enfatiza que na Comissão de Educação e Instrução da Conferência, os discursos de alguns palestrantes já demonstravam a certeza de que a mulher estava destinada ao casamento e a maternidade, assim, caso fosse necessário ter alguma profissão, deveria ser uma que estivesse alinhada à sua vocação natural, por esta razão o magistério seria ideal para as mulheres, porque é neste ofício que elas podem exercer a sua qualidade natural de ser cuidadora.

Assim, podemos concordar com Zanello (2018) quando diz que a professora do primário é a figura da mãe, pois, ao mesmo tempo que o trabalho fora de casa poderia

significar alguma autonomia às mulheres, a elas era relegado apenas o trabalho que representasse as habilidades femininas biologicamente determinadas – maternagem, cuidado, sacrifício, paciência, docilidade - como era instituído na época.

Fabbro e Heloani (2010), em sua pesquisa com professoras universitárias brasileiras que se tornaram mães depois de construírem uma carreira acadêmica bem-sucedida, relatam que embora as mulheres hoje tenham a oportunidade de crescerem profissionalmente, os papéis em casa continuam os mesmos de suas mães e avós, desse modo, é notória a relação de poder conferida aos papéis de gênero, no qual a mulher, além de exercer sua função laboral, detém a maior responsabilidade pelo cuidado da casa, dos filhos e dos parentes idosos.

Portanto, a idealização social sobre como deve ser uma mãe fez com que as mães entrevistadas por Fabbro e Heloani (2010) afirmarem muitas vezes a pressão de serem um tipo de mãe – com dedicação exclusiva aos cuidados da casa e dos filhos, mesmo convivendo com cônjuges que tinham mais tempo disponível para exercer essas funções – que não se adequava com os compromissos profissionais e nenhuma das entrevistadas manifestou interesse em abdicar do trabalho para cuidar dos filhos. Então, enquanto a posição social ocupada pela profissão lhes conferisse prestígio, a maternidade era marcada pela insegurança, culpa e indeterminação (Fabbro & Heloani, 2010).

O estudo de Bernardo Jablonksi (2010) acerca dos acordos realizados sobre as responsabilidades domésticas e cuidados dos filhos, foram entrevistados 20 casais heterossexuais de classe média com mais de 5 anos de união estável e que tivessem pelo menos um filho. Um dado interessante a ser considerado na pesquisa foi em relação ao lazer individual, no qual os homens relataram realizar atividades de lazer sem esposa e filhos, geralmente com os amigos, em futebol ou tomando chopp, enquanto as mulheres relataram a inviabilidade de desfrutar de tempo sozinhas ou somente com os amigos.

Desse modo, através das pesquisas de Fabbro e Heloani (2010) e Jablonksi (2010), percebe-se que, embora o conceito de família tenha sido ultimamente redefinido de modo diferente do que se compreende por família tradicional, os papéis desempenhados pelos cônjuges no que se refere aos gêneros, no caso, cuidados domésticos e dos filhos sendo tarefa da mulher/mãe ainda continuam os mesmos, mesmo com a emancipação feminina.

### **Repensando a maternidade - construção**

Feijoo (2015) discute o aparecimento frequente na clínica psicológica da tese de que a identidade feminina está sempre sujeita à confirmação do homem. A autora destaca que esse cenário tem sido visto e vivenciado em sociedade não só através da experiência individual, mas também em contos, romances e, muito inclusive, nas teorias psicológicas acerca do psiquismo.

Buytendijk (1960) traduzido por Silva (2017) discute que o espírito materno se refere ao que não pode ser explicado por processos biológicos, mas sim compreendido através do debruçar-se sobre a complexidade humana, ou seja, da “coexistência da consciência

encarnada e de um mundo que se manifesta como uma ordem de significações e se apresenta em todo encontro como objetivo” (p. 116). Desse modo, podemos pensar o espírito materno como uma atitude geral, atitude esta que se expressa em como interagimos e percebemos as coisas em nosso redor. Portanto, é imprescindível, considerar como a corporeidade feminina é vivida e percebida tanto pela mulher quanto pelos outros em seu redor para pensarmos em maternidade.

Sabemos que a arte permanece sendo um modo pelo qual o homem moderno expressa seus dramas. O que, no sentido grego, representa a pura existencialidade ou ainda, a facticidade da existência. A ausência de controle sobre minúcias factuais do existir é que, ao passo que determina limites também liberta, permitindo ao existente possibilidades de transcender as circunstâncias.

A arte como outra forma de pensar o ente humano se assemelha à perspectiva psicológica de base fenomenológico-existencial que concentra em seu cerne o interesse pela existência para além do que é naturalmente dado ou interpretado por modelos explicativos próprios das ciências naturais (Feijoo, 2017).

A literatura, o teatro, os filmes, a música e outros tantos modos de produção artística costumam dialogar com maior facilidade com os processos humanos já que, por vezes, escapam ao pensamento sistemático e moral. Questões como traição, frustração, ambição, fúria, vingança, dilemas éticos e existenciais podem ser revisitadas e apontar para o que é da ordem da pluralidade e da diferença na experiência humana.

Dar a possibilidade de que outros modos de saber emergem abrindo caminhos de ser, e não somente ditando aquilo que deve ser, é uma experiência de pensamento que mantém relação com o incontornável sem a pretensão de capturá-lo. Ou, nas palavras de Fogel (2012):

A arte passa, então, a ser o modo próprio de ser que dita o ritmo, que pontua a cadência da vida, dando-lhe entonação própria; então, deixa de ser uma ida qualquer ou de qualquer um, passa ser uma vida bem específica, bem mais própria, a saber, uma vida determinada, atravessada pela arte (p. 11).

Nos estudos antropológicos de Meruane (2018), a percepção da maternidade ganha novos contornos. No percurso histórico traçado por ela, a mulher é colocada estrategicamente próxima à natureza para justificar seu papel social de mãe. Meruane (2018) recorre à história para mostrar como, em cada época, as mulheres são direcionadas para o exercício da maternidade. Seja para suprir um déficit populacional em virtude de guerras, seja para que o marido pudesse exercer o trabalho remunerado ou, em manifestações mais contemporâneas, no formato de “mãe ecológica” (Meruane, 2018, p. 123) e “supermãe” (Meruane, 2018, p. 124).

Djamila Ribeiro (2021), filósofa e escritora brasileira, argumenta o lugar do cuidado atribuído historicamente à mulher e, especificamente, à mãe. Em resgate às memórias que

tem de sua mãe, ela destaca uma percepção que marcou sua infância: a de que sua mãe estava constantemente irritada com os filhos. Quando adulta, buscou aproximar-se da história dessa mulher que tão facilmente se irritava e se deparou com vestígios de uma experiência atravessada, entre outras coisas, por renúncias de si pelo outro.

O cuidado e a responsabilidade integral pela criação dos filhos atribuídos à mãe de Djamila é, para ela, uma realidade vivida por muitas mulheres, que tem suas existências oneradas e culpabilizadas pelo entendimento de que é responsabilidade da mãe, em primeiro lugar, o cuidado com os filhos. Djamila se pergunta a quem interessa a ideia de que a maternidade como um processo instintivo e que, portanto, não aceita ou não deve aceitar interposição, pois questiona que o que vivencia tanto quanto filha quanto mãe, é o que é condicionado à mulher na sociedade e não um processo natural que a constitui (Ribeiro, 2021).

As renúncias, violências e opressões destacadas por Ribeiro (2021) também foram expressas por Medeia que, àquele tempo, entendeu se tratar de dores coletivas, uma expressão da vida das mulheres de sua época. Em suas palavras:

De todos os seres com vida e noção, / o mais miserável somos as mulheres, / que primeiro com excessivo dinheiro / devem comprar marido e ter o dono / do corpo; este mal ainda é o pior, / e nele o combate é maior, ter mau / ou bom; divórcio difama as mulheres / e elas não podem repudiar o marido. / Ao chegar a nova morada e costumes, / não instruída em casa, deve ser vate / de qual será o melhor uso do cônjuge. / Quando este nosso desempenho é bom, / e o varão convive sob jugo sem violência, / a vida é invejável. Se não, vale a morte. / O varão, se pesa o convívio em casa, / sai fora e cessa o fastio do coração, / voltado a um amigo ou um colega; / mas nosso fado é fitar uma só vida. / Dizem que temos vida sem perigo / em casa, mas eles lutam com lança, / por pensar mal; preferiria três vezes / manter o escudo a parir uma só vez (Torrano, 2015, p. 84-85).

Ao pronunciar “preferir manter o escudo a parir uma só vez”, Medeia sente, rente à sua experiência, a construção do ser mulher pela via única do papel materno. Argumenta a direção das mulheres para o exercício da maternidade que se dava, desde o sistema de dote, em que a mulher pagava para ter um dono; ao confinamento no lar, em que a um era permitido sair para se ocupar de diversos modos de trabalho e diversão, e, para outro (mulher), era posto que permanecesse no espaço doméstico para cuidar da casa e dos filhos.

As figuras contemporâneas da mãe ecológica e supermãe, mencionadas anteriormente, são modos contemporâneos de reconduzir as mulheres às tarefas domésticas e à maternidade total descritas nas falas de Medeia (Torrano, 2015) e Meruane

(2018). Ambas parecem se preocupar cada uma com o viés social de seu tempo que preconiza não só que mulheres nascem para ser mães, como devem ser boas mães.

A disponibilidade física e afetiva fundamental para o desenvolvimento infantil sugerida por Bowlby (1979/1997) se faz vigente através dos enunciados sociais destacados por Meruane (2018) que regulam e caracterizam a capacidade materna sob a compreensão da mulher como ser mais próximo à natureza, instintiva e propensa ao cuidado, e, portanto, mais apta ao trabalho da casa e com os filhos.

E, ainda, da mulher enquanto salvadora ecológica que ao optar pela amamentação prolongada, fraldas de pano, planejamento e produção de uma alimentação saudável, realiza o que é de sua natureza: o instinto materno (Meruane, 2018).

Badinter (1985), uma das principais influências nos estudos de Meruane, analisa a tendência inata à maternidade designada à mulher. A autora adiciona componentes sociais importantes a essa discussão e chama atenção para a época em que a maternidade é vivida, por considerar que a moral, os valores sociais e religiosos de cada tempo estão, inevitavelmente, imbricados no processo de maternar.

Buytendijk (1960), traduzido por Silva (2017), afirma que é problemático comparar comportamentos inatos dos demais animais à vida humana, porque costumes sociais são tão arraigados em nosso cotidiano que podem ser confundidos com instintos. E a maternidade é um fenômeno bem mais complexo do que a noção de instinto pode conter.

Ao discorrer sobre a moralização do suicídio, Lessa (2018, p. 106) comenta que:

Friedrich Nietzsche em sua obra '*A Genealogia da Moral*', mostra que a moral recebe uma modulação distinta de acordo com o critério de utilidade em determinado momento histórico. Essas atribuições morais, na medida em que vão se sedimentando com o passar do tempo, acabam sendo vistas como naturalmente dadas, e encaradas como sendo da ordem do incontestável e do irrefutável (p.106).

Embora Lessa (2015) estivesse se referindo à concepção do suicídio que se modifica de acordo com o horizonte hermenêutico que o atravessa, podemos perceber também que isso pode ocorrer com o significado do que é ser mulher, cuja forma de conceituação lhe foi atribuída pelo seu caráter de utilidade e cristalizou-se a ponto de que ser mulher nos dias de hoje é viver de acordo com a sua natureza feminina, dentre elas, a maternidade, caso alguma mulher não viva dessa forma, é culpabilizada, considerada anormal ou antinatural.

Segundo Mansur (2003), a mulher que por algum motivo, não se torna mãe, pode gerar um incômodo em seu meio social, pois ela não está cumprindo um papel lhe fora determinado: seguir o seu instinto materno. Ela passa a ser vista como incompleta e sem conquistar o seu lugar na sociedade que é o da mãe, assim ela se torna sem-lugar, pois qual o lugar da mulher no que é considerado feminino se não seguir o seu curso natural? Assim, a mulher que não alcança esses ideais – casar-se, ter filhos e cuidar deles – que são propostos a ela, passa a carregar consigo esse estigma.

Assim, como ressalta Zanello (2018), a capacidade de procriar não torna a mulher naturalmente inclinada a exercer a maternidade e assim, muitas mulheres são culpabilizadas, por elas mesmas ou pelo outro, por não quererem e não conseguirem acatar a exigência de exercer tal função como um dom natural. Assim, é preciso re-pensar o lugar da mulher para além do que é dito no discurso atual de naturalização do instinto materno. Torna-se necessária pensamento reflexivo que ao questionar os sentidos naturalizados, possam não coadunar com o falatório mundano que pré-define o lugar da mulher no mundo. Por meio de um pensamento crítico podemos devolver à mulher o direito de se perceber enquanto sujeito de possibilidades, dentre elas ser ou não ser mãe, seguir ou não a cartilha da feminilidade. E, assim, acolher a indeterminação de sua condição enquanto existente apesar das tentativas de enquadramento que se impõem na atualidade

### **Considerações finais**

Medeia escolheu o caminho oposto do que lhe fora determinado pelas tradições da época, matando os próprios filhos, escolhendo um outro modo de viver que não fosse o exercício do papel materno. Atualmente, a mulher que tem um ou mais filhos e rejeita o exercício da maternagem pode ser considerada como exemplo de “mãe desnaturada”.

Em uma perspectiva hermenêutica baseada em Heidegger (1923/1999), o amor e do instinto materno são interpretados como comportamentos naturalizados, próprios da mulher, quando na realidade, trata-se de uma construção histórico-social que determina modos de ser. Sendo resultado de um projeto capitalista da Modernidade, no qual a criança passou a ser mão de obra e ter valor de mercado, assim seria necessário diminuir as taxas de mortalidade infantil, tendo como solução que fosse reservado à mulher, além da tarefa de procriação, o exercício do cuidado dos filhos para que eles se mantivessem vivos e saudáveis.

A partir disso, a relação dos pais com os filhos, passou a ser interpretada como uma questão de gênero, promovendo a construção de um imaginário no qual a essência da mulher é ser boa, cuidadora, maternal logo, amar passa a ser a condição de ser mãe e deve ser uma regra a ser seguida por toda e qualquer mulher. Até mesmo a inserção da mulher no mercado de trabalho se deu a partir de profissões que estivessem relacionadas ao cuidado, tendo como principal tarefa laboral o exercício do magistério.

As teorias psicológicas, hermeneuticamente, construídas na modernidade, também corroboraram com o discurso do instinto materno, instituindo uma lógica determinista de gênero para as funções do cuidado de uma criança. Tanto a Teoria do Apego de Bowlby, alinhada à teoria evolucionista de Darwin, quanto as teorias psicanalíticas, colocaram o apego ao bebê como uma tendência natural da mãe e, a negação ou interrupção desse vínculo como trazendo prejuízos ao desenvolvimento socioemocional da criança, descartando a possibilidade de ser saudavelmente criança ou adulto fora dessa relação de codependência, centralizando a responsabilidade da formação subjetiva do humano ao seu cuidador principal, que em nossa cultura é a mãe.



No entanto, é necessário refletir sobre qual o lugar da mulher em nossa sociedade e questionar a naturalização do instinto materno, des-velando novas possibilidades de ser mulher para além do que fora pré-determinado e assim, como Medeia, a mulher possa escolher viver ou não de acordo com as tradições de sua época.

É importante ressaltar que mesmo que a mulher siga os ideais de maternidade que lhe são propostos, ela pode experimentar a sensação de incompletude, o que nos leva a reflexão de que as determinações não dão conta da existência do que é ser mulher, colocando em evidência o caráter de poder-ser da nossa existência. Não há um único modo de ser mulher, ser mulher, de outros modos para além daquele que nos atravessa sutilmente na atualidade, é sempre uma possibilidade.

### Referências

- Badinter, E. (1985). *Um amor conquistado: O mito do amor materno*. (W. Dutra, Trad.). Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Bonato, N. M. da C. (2007). Feminização do magistério: Contribuições da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino – 1922. *Anais da 30ª Reunião Anual da ANPED*, p. 1-16. Recuperado de <http://30reuniao.anped.org.br/trabalhos/GT02-3437--Int.pdf>
- Bortolini, M., & Piccinini, C. A. (2017). Representação de apego materna, relação mãe-criança e apego inseguro do filho: Um estudo qualitativo. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 17(3), 1101-1121. <https://doi.org/10.12957/epp.2017.37704>
- Bowlby, J. (1997). *Formação e rompimento dos laços afetivos*. (Original publicado em 1979). São Paulo: Martins Fontes.
- Cuevas, C. A., & Rennison, C. M. (2016). *The Wiley handbook on the psychology of violence* (5th ed.). Chichester, Inglaterra: Wiley Blackwell. <https://doi.org/10.1002/9781118303092>
- Fabbro, M. R. C., & Heloani, J. R. M. (2010). Mulher, maternidade e trabalho acadêmico. *Investigación y Educación en Enfermería*, 28(2), 176-186.
- Farias, C. N. de F., & Lima, G. G. de. (2004). A relação mãe criança: Esboço de um percurso na teoria psicanalítica. *Estilos da Clínica*, 9(16), 12-27. <https://doi.org/10.11606/issn.1981-1624.v9i16p12-27>
- Feijoo, A. M. L. C. de. (2015). A cristalização da identidade feminina e a clínica fenomenológico-existencial. In A. M. L. C. de Feijoo & M. M. Protásio (Orgs.), *Situações Clínicas I: Análise fenomenológica de discursos clínicos* (p. 45-65). Rio de Janeiro: IFEN.
- Feijoo, A. M. L. C. de. (2017). *Existência & psicoterapia: Da psicologia sem objeto ao saber fazer na clínica psicológica existencial*. Rio de Janeiro: IFEN.
- Feijoo, A. M. L. C. de. (2023). Phenomenological-Hermeneutic Method: from research in philosophy to psychology research. *Paidéia* (Ribeirão Preto), 33, e3337. <https://doi.org/10.1590/1982-4327e3337>.

- Freire, M. M. de L. (2008). “Ser mãe é uma ciência”: Mulheres, médicos e a construção da maternidade científica na década de 1920. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, 15(supl.), 153-171. <https://doi.org/10.1590/S0104-59702008000500008>
- Fogel, G. L. (2012). *Sentir, ver, dizer: Cismando coisas de arte e de filosofia*. Rio de Janeiro: Mauad.
- Gandra, T. K., & Duarte, A. B. S. (2012). Estudos de usuários na perspectiva fenomenológica: Revisão de literatura e proposta de metodologia de pesquisa. *Informação & Sociedade: Estudos*, 22(3), 13-23.
- Gazolla, R. (2001). *Para não ler ingenuamente uma tragédia grega*. São Paulo: Loyola.
- Gradwohl, S. M. O., Osis, M. J. D., & Makuch, M. Y. (2014). Maternidade e formas de maternagem desde a idade média à atualidade. *Pensando Famílias*, 18(1), 55-62. <https://doi.org/10.1016/j.recli.2013.07.001>
- Heidegger, M. (2002). A questão da técnica. In M. Heidegger, *Ensaaios e conferências* (p. 11-38). (E. C. Leão, Trad.). Petrópolis: Vozes. (Original publicado em 1954).
- Heidegger, Martin. *Ontologia: hermenêutica de la facticidad*. Tradução de Jaime Aspiunza..Madrid: Alianza Editorial, 1999. (Original publicado em 1923).
- Heidegger, M. (1997). *Ser y Tiempo*. (J. E. Rivera, Trad.). Santiago do Chile: Editorial Universitária. (Original publicado em 1927).
- Jablonski, B. (2010). A divisão de tarefas domésticas entre homens e mulheres no cotidiano do casamento. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 30(2), 262-275 <https://doi.org/10.1590/S141498932010000200004>
- Lessa, M. B. M. F. (2018). Um estudo sobre a moralização do suicídio. In: A. M. L. C. de Feijoo (Org.), *Suicídio: Entre o viver e o morrer* (p. 105-144). Rio de Janeiro: IFEN.
- Machado, A. C., Silva, C. C. da, Melo, S. L. de M., & Silva, A. M. B. da. (2020). Transformações da identidade feminina ao tornar-se mãe. *Psicologia Argumento*, 38(99), 66-87. <https://doi.org/10.7213/psicolargum.38.99.AO04>
- Mansur, L. H. B. (2003). Experiências de mulheres sem filhos: A mulher singular no plural. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 23(4), 2–11. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932003000400002>
- Meruane, L. (2018). *Contra os filhos*. (P. Vidal, Trad.). São Paulo: Todavia.
- Miranda, J. J. de, Timo, A. L. R., & Belo, F. R. R. (2019). Crítica à Maternidade em Winnicott. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 39, 1-14. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003176863>
- Murata, D. P. (2020). *Por que ler tragédia grega hoje?*. Estado da Arte.
- Ribeiro, D. T. (2021). *Cartas para minha vó*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Riley, D. (1983). *War in the nursery: Theories of the child and mother*. London: Virago.
- Santos, A. (2005). A tragédia grega: um estudo teórico. *Revista Investigações*, 18(1), 41-67.
- Silva, C. A. F. da. (2017). A gênese psicológica do espírito materno: F. J. J. Buytendijk (1960). *Revista da Abordagem Gestáltica*, 23(1), 111-120. <https://doi.org/10.18065/RAG.2017v23n1.11>

Torrano, J. (2015). *Teatro completo: Volume I*. São Paulo: Iluminuras.

Winnicott, D. W. (2020). A preocupação materna primária. In D. W. Winnicott, *Da pediatria à psicanálise: Obras escolhidas* (p. 218-232). Rio de Janeiro: Editora Imago. (Original publicado em 1945).

Winnicott, D. W. (1982). *A criança e o seu mundo*. (A. Cabral, Trad.). Rio de Janeiro: LTC. (Original publicado em 1964).

Zanello, V. (2018). *Saúde mental, gênero e dispositivos: Cultura e processos de subjetivação*. Curitiba: Appris.

Link para acesso aos documentos <https://drive.google.com/drive/folders/1nUjZ0A6wnHH8bqzaxR7YPcdTLHBwHaii?usp=sharing>